



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLHÃO



PARTE IV – INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Secção I. Sistema nacional de protecção civil



Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Olhão

Parte IV – Informação complementar

Secção I. *Sistema nacional de protecção civil*

Câmara Municipal de Olhão

Data:

15 de Dezembro de 2011

EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO	
Direcção do projecto	
Francisco José Fernandes Leal	Presidente da Câmara Municipal de Olhão
Coordenação	
António Ventura Pina	Vice-Presidente da Câmara Municipal de Olhão
Equipa técnica	
Luís António Correia Gomes	Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão
João dos Reis Salgado Nogueira	Técnico do Serviço Municipal de Protecção Civil (ex-Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão)
Ana Viegas	Assistente Técnica - Divisão de Bombeiros e Protecção Civil

METACORTEX, S.A.	
Gestora de projecto	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Co-gestor de projecto	
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Equipa técnica	
Andrea Igreja	Lic. Eng. da Gestão e Ordenamento Rural, Tecnologias de Informação em Ordenamento Rural (ESA-IPS)
Andreia Malha	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Carlos Caldas	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); MBA (UCP)
João Moreira	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Mafalda Rodrigues	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Paula Amaral	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais (ESAC-IPC)
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)

ÍNDICE

Índice de Tabelas	ii
Índice de Figuras.....	ii
Acrónimos.....	iii
PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR (SECÇÃO I)	1
1. Organização geral da protecção civil Municipal	2
1.1 Estrutura da protecção civil	2
1.2 Estrutura das operações	6
1.2.1 Estruturas de coordenação institucional	6
1.2.2 Estruturas de direcção e comando	7
1.2.3 Coordenação entre CDOS, CMPC e TO	10
1.2.4 Estado de alerta especial para o SIOPS	15
2. Mecanismos da estrutura de protecção civil.....	17
2.1 Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil.....	17
2.2 Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal	20
2.3 Sistema de monitorização, alerta e aviso.....	23
2.3.1 Sistemas de monitorização	23
2.3.2 Sistemas de alerta	28
2.3.3 Sistemas de aviso.....	29

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Competências das diferentes entidades, órgãos e serviços que compõem a estrutura municipal de protecção civil.....	4
Tabela 2. Competências das estruturas de coordenação institucional de nível municipal.....	8
Tabela 3. Grau de prontidão e de mobilização associados aos níveis do estado de alerta especial para o SLOPS	15
Tabela 4. Comissão Municipal de Protecção Civil de Olhão.....	17
Tabela 5. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal	21
Tabela 6. Critérios para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência.....	22
Tabela 7. Cores dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera	27
Tabela 8. Critérios de emissão dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, para o distrito de Faro	27

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Esquema da estrutura de protecção civil em Portugal	3
Figura 2. Esquema da articulação da estrutura de protecção civil com a estrutura das operações	9
Figura 3. Esquema da organização e comando do teatro de operações	14
Figura 4. Sistema de monitorização, aviso e alerta	24

ACRÓNIMOS

ANPC - Autoridade Nacional de Protecção Civil

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

APC - Agente de Protecção Civil

BMO - Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão

CADIS - Comandante Operacional de Agrupamento Distrital

CCO - Centro de Coordenação Operacional

CCOD - Centro de Coordenação Operacional Distrital

CCON - Centro de Coordenação Operacional Nacional

CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro

CDPC - Comissão Distrital de Protecção Civil

CMO - Câmara Municipal de Olhão

CMPC - Comissão Municipal de Protecção Civil

CNOS - Comando Nacional de Operações de Socorro

CNPC - Comissão Nacional de Protecção Civil

CODIS - Comandante Operacional Distrital

COM - Comandante Operacional Municipal

COS - Comandante das Operações de Socorro

CPD - Centro de Prevenção de Detecção

DGS - Direcção-Geral da Saúde

FWI - Fire Weather Index

GNR - Guarda Nacional Republicana

ÍCARO - Importância do Calor: Repercussões sobre os Óbitos

IM - Instituto de Meteorologia

INSA – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge

IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera

LBPC - Lei de Bases da Protecção Civil

NOP - Norma Operacional Permanente

PCO – Posto de Comando Operacional

PMEPCO - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Olhão

RNPV - Rede Nacional de Postos de Vigia

SEPNA -Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente

SGO – Sistema de Gestão de Operações

SIOPS – Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil

TO – Teatro de Operações

ZA – Zona de Apoio

ZCR – Zona de Concentração e Reserva

ZRR – Zona de Receção de Reforços

ZS – Zona de Sinistro

Parte I – Enquadramento geral do plano

Parte II – Organização da resposta

Parte III – Áreas de intervenção

Parte IV - Informação complementar

Secção I

Secção II

Secção III

1. ORGANIZAÇÃO GERAL DA PROTECÇÃO CIVIL MUNICIPAL

1.1 Estrutura da protecção civil

A estrutura nacional de protecção civil, de acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil - LBPC (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho) e o Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro (ANPC, 2010), é constituída por três tipos de órgãos: de **direcção política**, de **coordenação política** e de **execução**.

ENTIDADE DE DIRECÇÃO POLÍTICA - entidade político-administrativa responsável pela política de municipal protecção civil, sendo representada pelo:

- **Presidente de Câmara Municipal**

- Compete ao presidente da câmara municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política da protecção civil desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso.

ÓRGÃO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA - estrutura não permanente responsável pela coordenação da política municipal de protecção civil. O órgão de coordenação previsto na LBPC é:

- **Comissão Municipal de Protecção Civil**

- Órgão responsável, a nível municipal, pelo accionamento do plano municipal de emergência de protecção civil e sua elaboração, por promover a realização de exercícios e simulacros, e pelo acompanhamento das políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil desenvolvidas por agentes públicos.

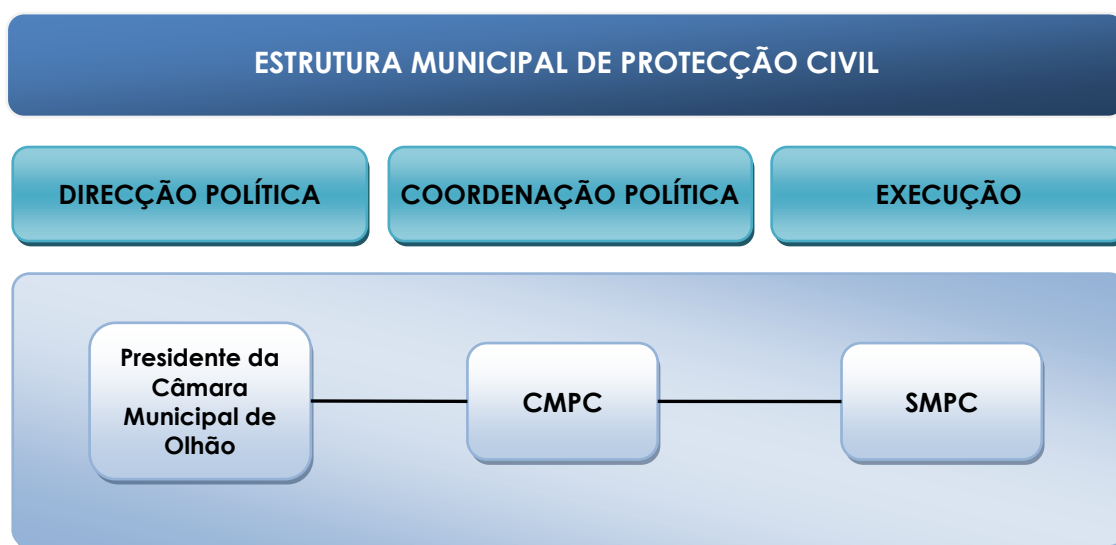
ÓRGÃO DE EXECUÇÃO - organismo técnico-administrativo responsável pela execução da política de municipal protecção civil. O órgão de execução previsto na Lei de Bases de Protecção Civil é:

- **Serviço Municipal de Protecção Civil**

- Órgão que têm por responsabilidade a prossecução das atividades de protecção civil no âmbito municipal, nomeadamente, acompanhar a elaboração do PMEPC, inventariar e atualizar permanentemente os meios e recursos existentes no concelho, planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de acidente grave ou catástrofe, promover campanhas de informação e sensibilização e colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros.

- O SMPC encontra-se na atual estrutura orgânica da CMO e funciona nas instalações do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão.
- O Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) é dirigido pelo Presidente da Câmara Municipal, com a faculdade de delegação no vereador por si designado.

A Figura 1 representa esquematicamente a estrutura municipal de protecção civil definida pela Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho). De modo a clarificar o papel das diferentes entidades, órgãos e serviços que compõem a estrutura municipal de protecção civil, descreve-se pormenorizadamente na Tabela 1 as respectivas competências.



Legenda:

CMPC – Comissão Municipal de Protecção Civil; **SMPC** – Serviço Municipal de Protecção Civil

Fonte: Adaptado de ANPC (2008) – Caderno Técnico PROCIV 3

Figura 1. Esquema da estrutura de protecção civil municipal

Tabela 1. Competências das diferentes entidades, órgãos e serviços que compõem a estrutura municipal de protecção civil

ENTIDADE/ ÓRGÃO/ SERVIÇO		COMPETÊNCIAS
DIRECÇÃO POLÍTICA	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	Compete ao presidente da câmara municipal, no exercício de funções de responsável municipal da política da protecção civil:
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as acções de protecção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas em cada caso;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar os trabalhos a serem desenvolvidos pela CMPC antes, durante e após a ocorrência de acidente grave ou catástrofe (ver na Parte II do PMEPCO as missões definidas para a CMPC nas fases de emergência e reabilitação, e o Ponto 2.1 relativo às competências da CMPC);
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declarar a situação de alerta no todo ou em parte do território municipal; ▪ Convocar a CMPC.
COORDENAÇÃO POLÍTICA	COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As competências da CMPC encontram-se integralmente definidas no Ponto 2.1
EXECUÇÃO	SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhar a elaboração e actualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais, quando estes existam;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a funcionalidade e a eficácia da estrutura do SMPC;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inventariar e actualizar permanentemente os registos dos meios e dos recursos existentes no concelho, com interesse para o SMPC;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar estudos técnicos com vista à identificação, análise e consequências dos riscos naturais, tecnológicos e sociais que possam afectar o município, em função da magnitude estimada e do local previsível da sua ocorrência, promovendo a sua cartografia, de modo a prevenir, quando possível, a sua manifestação e a avaliar e minimizar os efeitos das suas consequências previsíveis;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter informação actualizada sobre acidentes graves e catástrofes ocorridas no município, bem como sobre elementos relativos às condições de ocorrência, às medidas adoptadas para fazer face às respectivas consequências e às conclusões sobre o êxito ou insucesso das acções empreendidas em cada caso;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planear o apoio logístico a prestar às vítimas e às forças de socorro em situação de acidente grave ou catástrofe;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantar, organizar e gerir os centros de alojamento a accionar em situação de acidente grave ou catástrofe;

ENTIDADE/ ÓRGÃO/ SERVIÇO		COMPETÊNCIAS
EXECUÇÃO	SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar planos prévios de intervenção e preparar e propor a execução de exercícios e simulacros que contribuam para uma actuação eficaz de todas as entidades intervenientes nas acções de protecção civil;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudar as questões de que vier a ser incumbido, propondo as soluções que considere mais adequadas. Propor medidas de segurança face aos riscos inventariados;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaborar na elaboração e execução de treinos e simulacros;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar projectos de regulamentação de prevenção e segurança;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar acções de sensibilização para questões de segurança, preparando e organizando as populações face aos riscos e cenários previsíveis;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover campanhas de informação sobre medidas preventivas, dirigidas a segmentos específicos da população alvo, ou sobre riscos específicos em cenários prováveis previamente definidos;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar o voluntariado em protecção civil;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Coordenar o envio de meios municipais (ou mobilizados pelo município) para o(s) teatro(s) de operações;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover e incentivar acções de divulgação sobre protecção civil junto dos munícipes, com vista à adopção de medidas de autoprotecção;
		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indicar, na iminência de acidentes graves ou catástrofes, as orientações, medidas preventivas e procedimentos a adoptar pela população para fazer face à situação;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dar seguimento a outros procedimentos, por determinação do presidente da câmara municipal ou vereador com competências delegadas. 		

1.2 Estrutura das operações

A nível nacional as operações de protecção e socorro encontram-se enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho¹, que define o Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro (SIOPS). Este consiste num conjunto de estruturas, normas e procedimentos de natureza **permanente e conjuntural** que asseguram que todos os agentes de protecção civil actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

O SIOPS visa responder a situações de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, assentando **o princípio de comando único em estruturas de coordenação institucional, onde se compatibilizam todas as instituições necessárias para fazer face a acidentes grave ou catástrofe**, e em **estruturas de comando operacional que**, no âmbito das competências atribuídas à ANPC, **agem perante a iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes em ligação com outras forças que dispõem de comando próprio** (por exemplo, GNR, Forças Armadas, etc.).

1.2.1 Estruturas de coordenação institucional

A CMPC assegura, a nível municipal, a coordenação institucional, sendo deste modo responsável pela gestão da participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro a desencadear (conforme artigo 11.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro).

De igual forma, a Diretiva Operacional Nacional n.º 1/2010 da ANPC (Dispositivo Integrado das Operações de Protecção e Socorro) indica que **a CMPC assume, para além da coordenação política da atividade de protecção civil de nível municipal, o papel de coordenação institucional.**

Neste sentido, a atividade da CMPC na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe compreenderá igualmente a coordenação institucional entre entidades que a compõem, articulando-se ainda ao nível do terreno (teatro de operações) com o Posto de Comando Operacional e a nível distrital com o CDOS.

¹ Com as alterações do Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de Maio e do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro.

1.2.2 Estruturas de direcção e comando

Todas as instituições representadas nos centros de coordenação operacional possuem estruturas de intervenção próprias que funcionam sob a direcção ou comando previstos nas respectivas leis orgânicas. No que respeita à ANPC, esta dispõe de uma estrutura operacional própria, assente em comandos operacionais de socorro de âmbito nacional e distrital, competindo a esta estrutura **assegurar o comando operacional das operações de socorro** e ainda o **comando operacional integrado de todos os corpos de bombeiros**.

COMANDO NACIONAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

O Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) tem por principais competências garantir a operacionalidade e articulação de todos os agentes de protecção civil que integram o SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza ou gravidade requeiram a sua intervenção e coordenar operacionalmente os comandos distritais de operações de socorro.

O CNOS é constituído pelo **comandante operacional nacional, pelo 2.º comandante operacional nacional e 3 adjuntos de operações** e compreende a **célula operacional de planeamento, operações, monitorização e avaliação do risco e informações, célula operacional de logística e comunicações e a célula operacional de gestão de meios aéreos**, dirigidas por chefes de células operacionais.

COMANDO DISTRITAL DE OPERAÇÕES DE SOCORRO

O Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) tem como competências fundamentais no âmbito do SIOPS, assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção, assegurar a gestão dos meios aéreos a nível distrital, e apoiar técnica e operacionalmente a Comissão Distrital de Protecção Civil.

O CDOS é constituído por um Comandante Operacional Distrital (CODIS) e por um 2.º CODIS, reportando o primeiro ao Comandante Operacional de Agrupamento Distrital (CADIS).

COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL

A Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro estabelece que o município deverá ter um Comandante Operacional Municipal (COM) ao qual competirá, no que à resposta operacional diz respeito, **assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no PMEPCO, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros.** Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da CMO, o COM mantém em permanência a ligação e articulação com o Comandante Operacional Distrital.

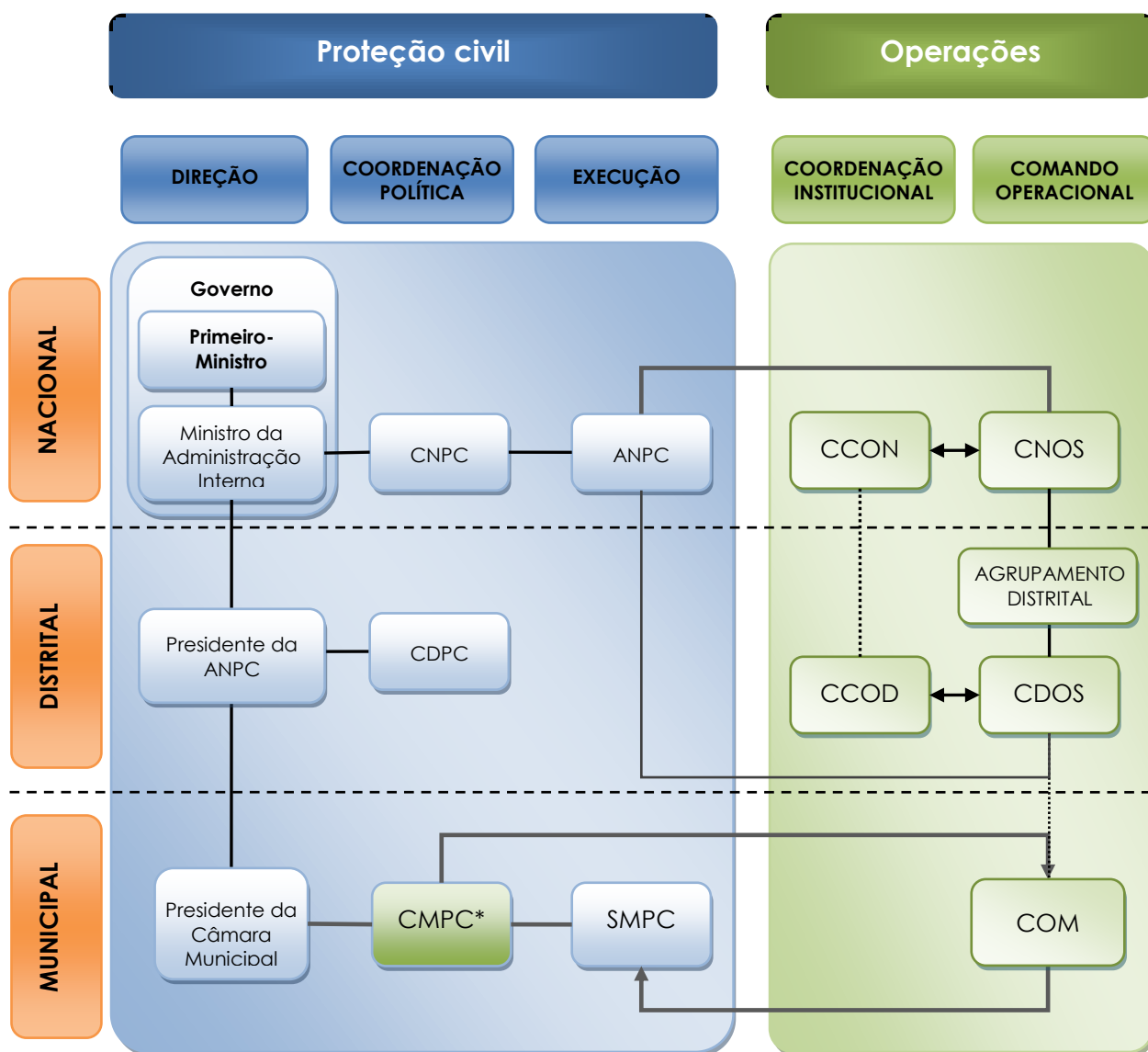
O COM para o concelho de Olhão encontra-se nomeado: Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão.

Na Tabela 2 indicam-se as competências previstas para o COM e para a CMPC no âmbito da sua actividade de coordenação institucional.

Tabela 2. Competências das estruturas de coordenação institucional de nível municipal

ÓRGÃO	COMPETÊNCIAS
COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerir a participação operacional de cada força ou serviço nas operações de socorro (ver relativamente a esta matéria o Ponto 1 da Parte II do PMEPCO).
COMANDANTE OPERACIONAL MUNICIPAL	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no plano de emergência municipal, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros; ▪ Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem; ▪ Acompanhar permanentemente as operações de protecção e socorro que ocorram na área do concelho; ▪ Promover a elaboração dos planos prévios de intervenção com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis; ▪ Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com os comandantes dos corpos de bombeiros; ▪ Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respectivo município.

Na Figura 2 representa-se esquematicamente a interligação entre a estrutura de protecção civil e a estrutura das operações (de acordo com a Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro; o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de Maio e do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro; a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro).



Legenda:

ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil; **CCOD** – Centro de Coordenação Operacional Distrital; **CCON** – Centro de Coordenação Operacional Nacional; **CDOS** – Comando Distrital de Operações de Socorro; **CDPC** – Comissão Distrital de Proteção Civil; **CMPC** – Comissão Municipal de Proteção Civil; **CNOS** – Comando Nacional de Operações de Socorro; **CNPC** – Comissão Nacional de Proteção Civil; **COM** – Comandante Operacional Municipal; **SMPC** – Serviço Municipal de Proteção Civil.

* A CMPC assume para além da coordenação política o papel de coordenação institucional

Fonte: Adaptado de ANPC (2008) – Caderno Técnico PROCIV 3
 Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações da Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro; o Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de Maio e do Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de Novembro; a Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro

Figura 2. Esquema da articulação da estrutura de protecção civil com a estrutura das operações

1.2.3 Coordenação entre CDOS, CMPC e TO

CMPC e CDOS/CCOD

A CMPC terá de coordenar a sua actuação com o(s) Comandante(s) das Operações de Socorro (COS) e, caso sejam necessários meios distritais, com o CDOS. A ligação entre a CMPC e o CDOS terá como principais objectivos:

- Indicar/avaliar o evoluir da situação e garantir a articulação entre as entidades de âmbito municipal e as de âmbito distrital (INEM, Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Faro, entre outras – ver Parte III);
- Indicar ao CDOS quais os meios em concreto que a CMPC poderá activar de modo a se avaliar a necessidade de se accionarem meios adicionais;
- Definir a informação a fornecer à população e à comunicação social pela CMPC e CDOS, de modo a que não seja contraditória.

Importa realçar que **a articulação entre a CMPC e o Centro de Coordenação Operacional Distrital será realizada através do Comandante Operacional Distrital**. Isto fica a dever-se ao facto do Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional (Declaração n.º 344/2008, de 17 de Outubro, da Comissão Nacional de Protecção Civil) não indicar, no seu artigo 6.º, que os centros de coordenação operacional distrital deverão reunir-se sempre que se verifique a declaração de situação de alerta ou o accionamento de um PMEPC num concelho pertencente ao distrito (ou seja, em caso de activação do PMEPCO poderá verificar-se que o CCOD não se encontra reunido). Caberá ainda ao CDOS articular-se, através da sua estrutura operacional, com o COS e COM (o CDOS poderá articular-se directamente com os agentes de protecção civil nos casos em que estes tenham sido accionados pelo patamar distrital, caso em que a articulação decorrerá através de oficiais/ elementos de ligação dos respetivos agentes).

O representante da CMPC que estabelecerá a ligação com o Comandante Operacional Distrital será o Comandante Operacional Municipal, cabendo a este a coordenação dos meios necessários, bem como informar o Presidente da Câmara Municipal sobre as ações adotadas e a necessidade de meios adicionais (a ligação entre COM e Presidente da Câmara Municipal deverá ser permanente). No que respeita ao Presidente da ANPC, este estará em permanente ligação com as várias estruturas de coordenação e comando (CCOD, CDOS e CMPC), sendo que no caso da CMPC esta ligação será feita através do Presidente da Câmara Municipal.

CMPC e TO

No que respeita às ações no terreno, o SIOPS define o Sistema de Gestão de Operações (SGO), o qual se encontra complementado pela Norma Operacional Permanente (da ANPC) 1401/2012, de 13 de Abril. O SGO consiste num modo de organização operacional que se desenvolve de forma modular de acordo com a importância e o tipo de ocorrência. Deste modo, sempre que uma força de socorro de qualquer uma das organizações integrantes do SIOPS seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira força a chegar ao local assume de imediato o comando da operação e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo da operação. Ou seja, é da responsabilidade do COS a decisão do desenvolvimento da organização (recorrer ao auxílio de outras organizações) sempre que os meios disponíveis no ataque inicial e respetivos reforços se mostrem insuficientes.

De modo a apoiar o COS na preparação das decisões e na articulação dos meios no teatro de operações o SIOPS institui um novo órgão designado por **Posto de Comando Operacional (PCO)**. Em concreto, são competências do PCO:

- a recolha e o tratamento operacional das informações;
- a preparação das acções a desenvolver;
- a formulação e transmissão de ordens, directrizes e pedidos;
- o controlo da execução das ordens;
- a manutenção da capacidade operacional dos meios empregues;
- a gestão dos meios de reserva.

O posto de comando operacional é constituído por três células, cada uma com um responsável: célula de planeamento, célula de combate/ operações e célula de logística. Para cada célula é nomeado pelo COS um responsável que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística. Estas células são coordenadas pelo COS, o qual é assessorado por três oficiais: um adjunto para a segurança, um adjunto para relações públicas, e outro para ligação com outras entidades. A implantação do PCO do teatro de operações deve ser tendencialmente feita numa infraestrutura ou veículo apto para o efeito.

A responsabilidade da assumpção da função de COS cabe, de acordo com a Directiva Operacional Nacional (DON) - DIOPS n.º 1, de 2010, por ordem crescente:

- Ao chefe da primeira equipa a chegar à ocorrência, independentemente da sua titularidade;
- Ao mais graduado dos Bombeiros no teatro de operações;
- Ao Comandante do Corpo de Bombeiros da área de actuação
- A um Comandante de Bombeiros designado pelo respectivo CODIS, se a situação o justificar e de acordo com a DON n.º 1 de 2010;
- A responsabilidade do comando e controlo de uma operação de protecção e socorro será do elemento da estrutura e comando operacional distrital da ANPC, da área de jurisdição, se a situação o justificar;
- Na faixa litoral os Capitães dos Portos têm competências de Protecção Civil e nos espaços do Domínio Público Hídrico sob Jurisdição da Autoridade Marítima Nacional.

Em ocorrências de maior dimensão, gravidade ou envolvendo várias das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro, o COS deverá constituir um Posto de Comando Operacional Conjunto, como evolução dinâmica de um PCO, integrando nestes casos técnicos ou especialistas para apoio à decisão e o representante do SMPC.

No âmbito da ativação do PMEPCO o COS articula-se no Posto de Comando Operacional Conjunto com o COM, estabelecendo este a ligação com a organização de protecção civil de nível municipal (CMPC), presidida pelo Presidente da Câmara Municipal de Olhão.

Por fim, importa referir que o sistema de gestão de operações prevê a sectorização do teatro de operações em quatro tipos de zonas:

- Zona de sinistro (ZS) – corresponde à área na qual se desenvolve a ocorrência, de acesso restrito, onde se encontram exclusivamente os meios necessários à intervenção directa, sob a responsabilidade exclusiva do COS.
- Zona de apoio (ZA) – zona adjacente à zona de sinistro, de acesso condicionado, onde se encontram os meios de apoio e logísticos estritamente necessários ao suporte dos meios de intervenção e/ou onde se estacionam meios de intervenção para resposta imediata, constituindo os Locais de Reforço Tático. É nesta área que deverá ser instalado o PCO.

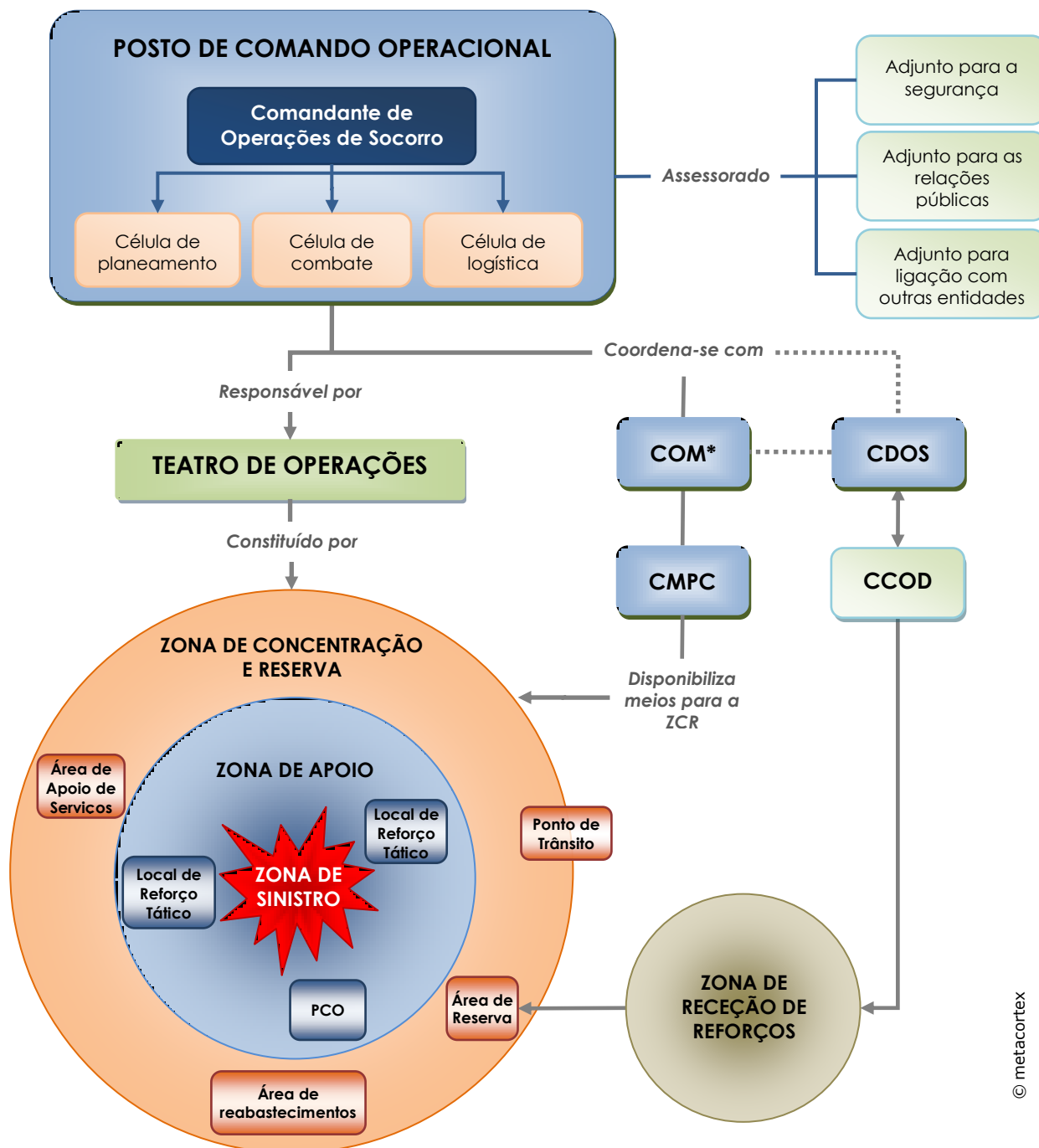
- Zona de concentração e reserva (ZCR) – área do TO, sob gestão da Célula de Logística, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata, onde se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar e onde têm lugar as concentrações e gestão do esforço das forças, coordenado pelo PCO. Na ZCR são instaladas: **área de reserva** (onde se localizam meios sem missão imediata e que constituem reserva estratégica); **área de reabastecimento** (onde se realizam operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos e consumíveis); **área de apoio de serviços** (onde se garante o suporte logístico das forças de intervenção); e **pontos de trânsito**² (locais de controlo de entrada e saída de meios no TO).
- Zona de receção de reforços (ZRR) – zona de controlo e apoio logístico, sob a responsabilidade do **Centro de Coordenação Operacional Distrital** da área onde se desenvolvem as operações, para onde se dirigem os meios de reforço atribuídos pelo **Centro de Coordenação Operacional Nacional** antes de serem mobilizados para a Zona de Concentração de Reserva no Teatro de Operações.

A Figura 3 apresenta esquematicamente a articulação operacional prevista no PMEPCO entre o Comandante das Operações de Socorro, a CMPC e o CDOS.

A Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/2012, de 13 de Abril define ainda que o SGO compreende quatro fases distintas, de complexidade crescente, as quais compreenderão um número diferenciado de setores, equipas³ e células do Posto de Comando Operacional. No Ponto 11.7 da Secção III – Parte IV apresenta-se a Matriz de Referência da Evolução do Sistema de Gestão de Operações prevista na NOP 1401/2012, de 13 de Abril, onde todos estes elementos se encontram definidos e quantificados.

² Nas situações em que não tinha sido definida uma Zona de Concentração e Reserva, estes pontos deverão ser instalados na Zona de Apoio.

³ Um TO organiza-se em setores a que correspondem zonas geográficas ou funcionais conforme o tipo de acidente e as opções estratégicas consideradas. Cada setor poderá compreender um determinado número de grupos e cada grupo um determinado número de equipas.



Legenda:

CDOS – Comando Distrital de Operações de Socorro; **CCOD** – Centro de Coordenação Operacional Distrital; **CMPC** – Comissão Municipal de Protecção Civil; **COM** – Comandante Operacional Municipal

* Em alguns casos o COM poderá ser quem se encontra responsável pelo Posto de Comando Operacional, situação em que se articulará diretamente com a CMPC ou, caso sejam necessários meios adicionais, com o CDOS.

Fonte: Adaptado de ANPC (2012) – NOP 1401/2012, de 13 de abril

Figura 3. Esquema da organização e comando do teatro de operações

1.2.4 Estado de alerta especial para o SIOPS

A Directiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007, de 16 de Maio, estabelece as regras de referência para a **activação do estado de alerta especial para o SIOPS**, sendo aplicável às organizações integrantes daquele sistema. No âmbito da monitorização e gestão do risco e da emergência o SIOPS inclui dois estados de alerta:

1. O **estado de alerta normal**, que compreende a monitorização e o dispositivo de rotina, estando activado nas situações que não determinem o estado de alerta especial. Este estado de alerta inclui o **nível verde**.
2. O **estado de alerta especial**, que compreende o reforço da monitorização e o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS, com vista a intensificar as acções preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, colocando meios humanos e materiais de prevenção em relação ao período de tempo e à área geográfica em que se preveja especial incidência de condições de risco ou emergência. Este estado de alerta inclui os **níveis azul, amarelo, laranja e vermelho**, progressivos conforme a gravidade da situação e o grau de prontidão que esta exige.

A activação do estado de alerta especial para o SIOPS assenta numa matriz de risco, a qual é suportada no grau de gravidade e no grau de probabilidade associados ao evento. O grau de prontidão e de mobilização dos meios e recursos das organizações integrantes do SIOPS é determinado de acordo com o nível de estado de alerta especial declarado (Tabela 3), sem prejuízo do definido em cada plano e ou directiva da ANPC para cada situação em concreto, incluindo os meios e recursos de 1.ª intervenção/ ataque inicial. O grau de prontidão e de mobilização é apenas aplicável aos meios e recursos a envolver no reforço em cada tipo de ocorrência ou risco, tendo em consideração a área geográfica e territorial abrangida.

Tabela 3. Grau de prontidão e de mobilização associados aos níveis do estado de alerta especial para o SIOPS

NÍVEL DO ESTADO DE ALERTA ESPECIAL	GRAU DE PRONTIDÃO	GRAU DE MOBILIZAÇÃO (%)
VERMELHO	Até 12 horas	100
LARANJA	Até 6 horas	50
AMARELO	Até 2 horas	25
AZUL	Imediato	10

Fonte: Directiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007, de 16 de Maio

De acordo com a Directiva Operacional Nacional n.º1/ANPC/2007, de 16 de Maio, a **declaração/cancelamento do estado de alerta especial para o SIOPS:**

1. É da competência do Centro de Coordenação Operacional Nacional (CCON);
2. Pode ser determinada com aplicação geral a todo o território nacional, região, área ou local;
3. O presidente da ANPC pode alterar o nível do estado de alerta especial;
4. O comandante operacional nacional pode, em situações de reconhecida urgência e gravidade, alterar o nível do estado de alerta especial para o SIOPS, sujeito a posterior e oportuna ratificação do presidente da ANPC;
5. Compete ao Comando Nacional de Operações de Socorro da ANPC a transmissão das ordens de determinação/cancelamento/alteração.

De salientar ainda que as diversas organizações integrantes do SIOPS estabelecem, através de regulamentação interna, as medidas sectoriais a implementar em cada nível, harmonizadas com o estado de alerta especial para o SIOPS.

EMBORA OS ESTADOS DE ALERTA ESPECIAL DO SIOPS SEJAM DESENVOLVIDOS COM BASE EM ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO DE ÂMBITO NACIONAL E DISTRITAL, ESTES ASSUMEM GRANDE IMPORTÂNCIA AO NÍVEL DO PMEPCO, UMA VEZ QUE:

1. Permitem o alerta (notificação; ver ponto 2.3.2) das entidades que operam a nível municipal (agentes de protecção civil e CMO) nas situações em que o CCON preveja a possibilidade de virem a ocorrer perturbações no normal funcionamento do concelho. Este aspecto torna-se ainda mais importante quando se atenta no facto de que o concelho se encontra fortemente dependente de mecanismos de monitorização de nível nacional (ver ponto 2.3);
2. Permite que automaticamente os agentes de protecção civil do concelho se encontrem em estado de prontidão nas situações em que o CCON preveja ou em que se tenha verificado a ocorrência perturbações no normal funcionamento do concelho (isto mesmo que o presidente da CMO não tenha declarado a situação de alerta de âmbito municipal);
3. Garante que em caso de necessidade de se activarem meios municipais ou supra-municipais, os mesmos sejam rapidamente disponibilizados pelas entidades coordenadas ao nível do CDOS/CCOD, uma vez que já se encontravam (em parte ou totalmente) em estado de prontidão.

2. MECANISMOS DA ESTRUTURA DE PROTECÇÃO CIVIL

2.1 Composição, convocação e competências da Comissão Municipal de Protecção Civil

Na Tabela 4 encontra-se identificada a composição da CMPC de Olhão, assim como, a convocação e respectivas competências.

Tabela 4. Comissão Municipal de Protecção Civil de Olhão

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLHÃO	
DESCRIÇÃO	ENTIDADES/ COMPETÊNCIAS
CONVOCAÇÃO	Presidente da Câmara Municipal de Olhão
REUNIÃO E MODO DE CONVOCAÇÃO	<p>A CMPC de Olhão reunir-se-á <u>ordinariamente</u> uma vez por semestre de modo a garantir o acompanhamento da execução das acções previstas no PMEPCO, bem como das estratégias de protecção civil a implementar no concelho. A convocação será realizada através de ofício a remeter por via postal.</p> <p>A CMPC poderá também reunir-se <u>extraordinariamente por convocação</u>:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Do Presidente da Câmara Municipal (ou pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, caso, por algum motivo se encontre impossibilitado de exercer as suas funções) como autoridade municipal de protecção civil, em situações acidente grave ou catástrofe e/ou outras situações que pelo seu risco expectável entenda ser prudente adoptar medidas extraordinárias; 2. Do COM, no caso do Presidente da CMO, ou do seu substituto o Vice-Presidente da CMO se encontrarem impedidos, indisponíveis ou incontactáveis; 3. Por maioria qualificada, conforme definido no Regulamento de funcionamento da CMPC. <p>O modo de <u>convocação extraordinária</u> da CMPC associada à declaração da situação de alerta de âmbito municipal ou a activação do PMEPCO será realizada através de envio de SMS contendo código identificador da situação de acordo com o estabelecido no Regulamento de Funcionamento da CMPC ou, em alternativa, recorrer-se-á ao contacto por via telefónica (rede fixa ou móvel). A responsabilidade pelo envio, bem como pela disponibilização de um canal de comunicação para as entidades convocadas, será da responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal de Olhão.</p>

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLHÃO	
DESCRIÇÃO	ENTIDADES/ COMPETÊNCIAS
COMPOSIÇÃO	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE OLHÃO E JUNTAS DE FREGUESIA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Presidente da Câmara Municipal de Olhão, ou seu substituto; ▪ Comandante Operacional Municipal; ▪ Juntas de Freguesia do concelho de Olhão. <p>AGENTES DE PROTECÇÃO CIVIL:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão; ▪ PSP; ▪ GNR; ▪ Autoridade Marítima Local; ▪ Centro de Saúde de Olhão (Agrupamento de Centros de Saúde Algarve I - Central); ▪ Autoridade de Saúde do município (Delegado do Centro de Saúde de Olhão); ▪ Hospital de Faro, EPE; ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica. <p>ORGANISMOS E ENTIDADES DE APOIO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Faro; ▪ Cruz Vermelha Portuguesa; ▪ Águas do Algarve, S.A.; ▪ APA (ex-Administração da Região Hidrográfica do Algarve); ▪ Estradas de Portugal; ▪ EuroScut Algarve; ▪ Rotas do Algarve Litoral; ▪ ICNF; ▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; ▪ Associação de Escoteiros de Portugal; ▪ Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 554; ▪ Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.; ▪ EDP – Distribuição S.A.; ▪ REFER, EPE; ▪ Estabelecimento Regional Prisional de Olhão.

COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL DE OLHÃO	
DESCRIÇÃO	ENTIDADES/ COMPETÊNCIAS
COMPETÊNCIAS	<ul style="list-style-type: none">▪ Accionar a elaboração e revisão do PMEPCO, remetê-lo para aprovação pela Comissão Nacional de Protecção Civil e acompanhar a sua execução;▪ Determinar o accionamento dos planos, quando tal se justifique;▪ Garantir que as entidades e instituições que integram a CMPC accionam, ao nível municipal, no âmbito da sua estrutura orgânica e das suas atribuições, os meios necessários ao desenvolvimento das acções de protecção civil;▪ Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social;▪ Acompanhar as políticas directamente ligadas ao sistema de protecção civil que sejam desenvolvidas por agentes públicos.

2.2 Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal

A declaração de situação de alerta de âmbito municipal (competência do Presidente da Câmara Municipal) é um mecanismo à disposição da autoridade política de protecção civil para potenciar a adoção de medidas preventivas ou reativas a desencadear na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe. Tal declaração é realizada de acordo com a natureza dos acontecimentos a prevenir ou enfrentar e a gravidade e extensão dos seus efeitos atuais ou potenciais. Os fenómenos que podem motivar a declaração de situação de alerta:

Acidente grave

É um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente.

Catástrofe

É o acidente grave ou a série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional.

A declaração da situação de alerta de âmbito municipal, definida na Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, na redacção dada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Novembro), encontra-se tipificada na Tabela 5.

Importa salientar que a declaração de situação de alerta de âmbito municipal não implica necessariamente a activação do PMEPCO, sendo a situação inversa igualmente verdadeira. Isto é, a activação do PMEPCO não conduz à obrigatoriedade de se proceder à declaração da situação de alerta de âmbito municipal por parte do Presidente da Câmara Municipal de Olhão. No entanto, considera-se que constituirá uma boa prática, a ser seguida no concelho, a activação do PMEPCO suceder a uma declaração prévia de situação alerta de âmbito municipal.

Os critérios a considerar na avaliação da necessidade de declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou de activação do PMEPCO consistem na avaliação da probabilidade de ocorrência de situação de acidente grave ou catástrofe e no dano (material e humano) esperado ou verificado. A cadeia de decisão encontra-se tipificada na Tabela 6 e o modelo de declaração a ser utilizado encontra-se na Parte IV – Secção III.

Tabela 5. Critérios e âmbito para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal

DESCRIÇÃO	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL
QUANDO SE DECLARA	<p>Face à ocorrência ou iminência de ocorrência de acidente grave ou de catástrofe, é reconhecida a necessidade de adotar medidas preventivas ou medidas especiais de reacção.</p> <p>A declaração de situação de alerta de âmbito municipal tem por base a análise do grau de probabilidade da ocorrência e o grau de gravidade previsto ou verificado da mesma.</p> <p>Sempre que o grau de gravidade seja acentuado e o grau de probabilidade seja elevado ou confirmado, ou nos casos em que embora o grau de gravidade seja moderado se preveja que o mesmo possa passar em breve para acentuado, deverá declarar-se a situação de alerta de âmbito municipal (ver Tabela 6).</p>
QUEM TEM COMPETÊNCIA PARA DECLARAR	<p>Presidente de Câmara Municipal (alerta de âmbito municipal)</p>
O QUE DEVE MENCIONAR O ATO DE DECLARAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. A natureza do acontecimento que originou a situação declarada; 2. O âmbito temporal e territorial; 3. A estrutura de coordenação e controlo dos meios e recursos a disponibilizar.
QUE PROCEDIMENTOS DEVEM SER SEGUIDOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. A obrigatoriedade de convocação da Comissão Municipal de Protecção Civil; 2. O estabelecimento dos procedimentos adequados à coordenação técnica e operacional dos serviços e agentes de protecção civil, bem como dos recursos a utilizar; 3. O estabelecimento das orientações relativas aos procedimentos de coordenação da intervenção das forças e serviços de segurança;
QUE OUTROS PROCEDIMENTOS DEVEM SER SEGUIDOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. A adoção de medidas preventivas adequadas à ocorrência; 2. A obrigação especial de colaboração dos meios de comunicação social, em particular das rádios e das televisões, visando a divulgação das informações relevantes relativas à situação.

Tabela 6. Critérios para a declaração da situação de alerta de âmbito municipal, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência

		GRAU DE GRAVIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRÍTICA
GRAU DE PROBABILIDADE ⁴	ELEVADA ▪ Probabilidade de ocorrência superior a 25%	<i>Atividade normal</i>	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	
	CONFIRMADA ▪ Ocorrência real verificada	<i>Atividade normal</i>	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	
	AGRAVAMENTO EXPECTÁVEL DA OCORRÊNCIA CONFIRMADA	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL		

⁴ Chama-se a atenção para o facto do grau de probabilidade a definir dever ter por base não só a possibilidade de ocorrência de determinado acidente grave ou catástrofe no concelho, como também o grau de gravidade potencial associado ao mesmo. Ou seja, deverá ser, no fundo, a estimativa da probabilidade de ocorrer determinado acidente grave ou catástrofe com potencial de gerar um determinado grau de gravidade.

2.3 Sistema de monitorização, alerta e aviso

O sistema de monitorização, alerta e aviso destina-se a assegurar que na iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe tanto as entidades intervenientes no PMEPCO como as populações expostas tenham a capacidade de agir de modo a salvaguardar vidas e a proteger bens, nomeadamente:

- eficaz vigilância do risco, através da recolha de informação pelos **sistemas monitorização**;
- rápido **alerta** (mecanismo interno do sistema de protecção civil) aos agentes de protecção civil e entidades envolvidas no PMEPCO;
- adequado **aviso** à população.

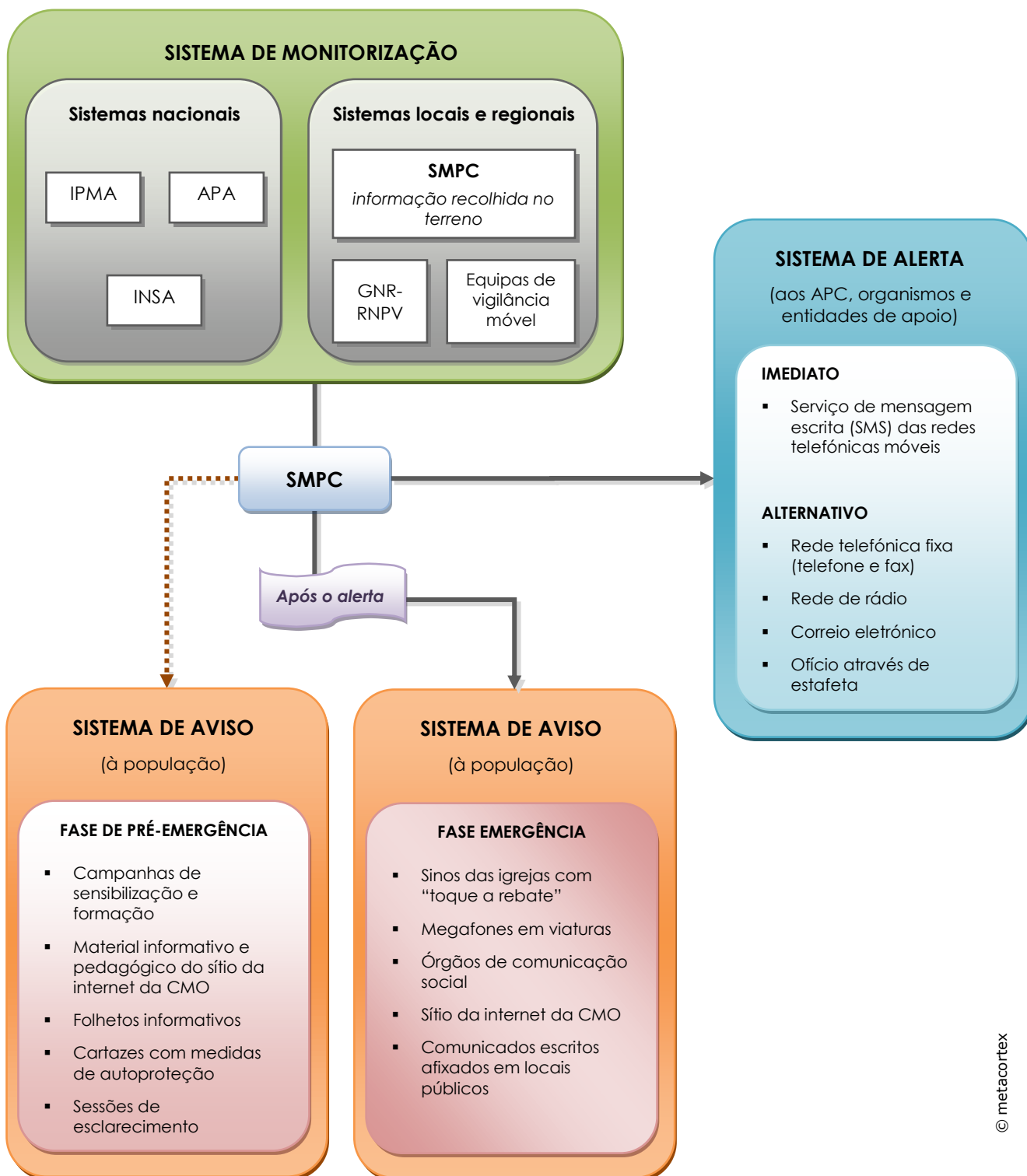
De salientar que o desencadeamento do alerta e do aviso é, em regra, sequencial e não simultâneo. Na **Figura 4** apresenta-se o funcionamento integrado do sistema de monitorização, aviso e alerta.

2.3.1 Sistemas de monitorização

Os sistemas de monitorização são compostos por um conjunto organizado de recursos humanos e de meios técnicos, que permitem a observação, medição e avaliação contínua do desenvolvimento de um processo ou fenómeno, visando garantir respostas adequadas e oportunas. Os sistemas de monitorização em uso são diferentes conforme as tipologias de risco.

Actualmente, o concelho de Olhão não dispõe de qualquer sistema próprio estabelecido de monitorização de riscos. Embora existam no concelho três estações meteorológicas (Olhão, Fuseta e Quelfes), o facto é que a Câmara Municipal de Olhão não tem acesso directo (em tempo real) aos dados disponíveis nas mesmas. Neste sentido, será útil no futuro avaliar até que ponto a informação disponibilizada por estas estações poderá servir como base a sistemas de previsão de monitorização de elevada precisão local, nomeadamente ao nível de fenómenos meteorológicos extremos e comportamento de incêndios florestais.

No entanto, é abrangido por sistema de monitorização externo, de abrangência nacional que abrange o concelho, tendo o SMPC tem acesso direto ao mesmo, nomeadamente Sistema de Avisos Meteorológicos, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – **situações meteorológicas adversas** (www.ipma.pt/pt) e de abrangência regional, a Rede Nacional de Postos de Vigia, da responsabilidade da GNR - incêndios florestais.



© metacortex

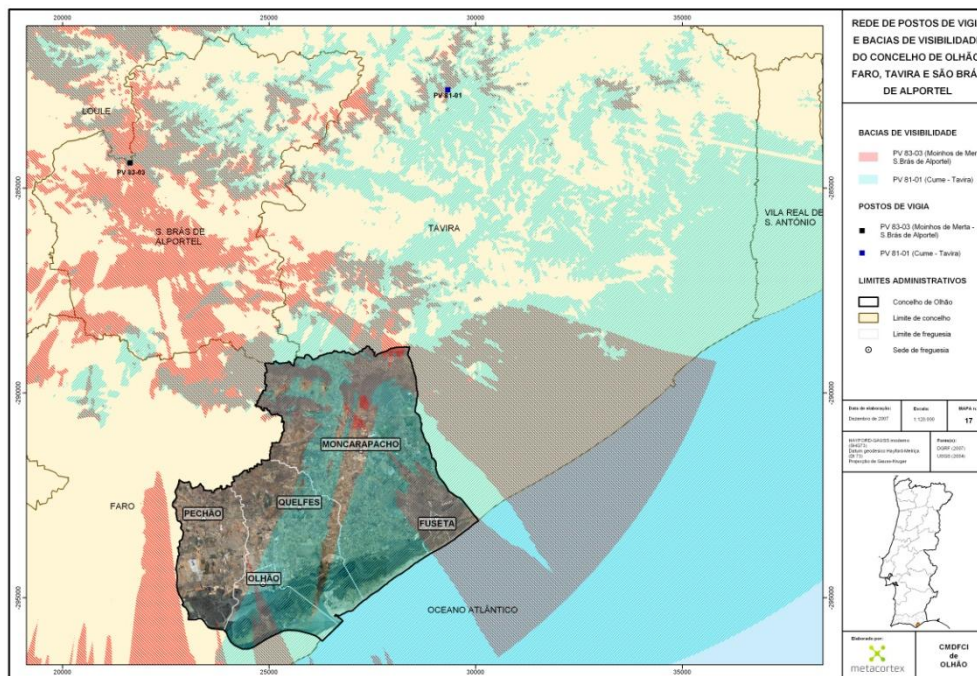
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera; APA – Agência Portuguesa do Ambiente; INSA - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge; SMPC – Serviço Municipal de Protecção Civil; RNPV - Rede Nacional de Postos de Vigia; APC – Agentes de protecção civil

Figura 4. Sistema de monitorização, aviso e alerta

Para além da informação disponibilizada por estes sistemas de monitorização, o SMPC recolhe informação complementar no terreno (ex.: visualização de ruas com histórico de inundações em dias de elevada precipitação, estado de conservação do edificado degradado, agitação marítima, entre outras), com o objectivo de aferir a situação à escala do concelho. O desencadeamento de procedimentos de emergência e alerta aos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio do concelho encontra-se dependente da informação recolhida pelo SMPC no terreno e na informação difundida pelo CDOS de Faro (ver Ponto 2.3.2 Sistemas de alerta).

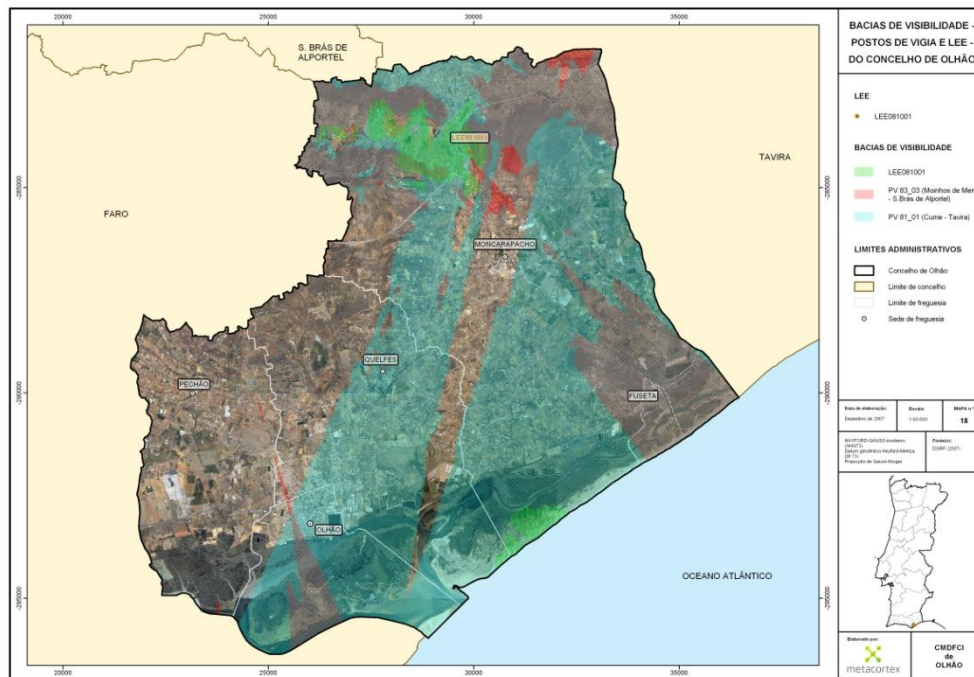
Rede Nacional de Postos de Vigia (incêndios florestais)

De acordo com o PMDFCI de Olhão (2008) no concelho não se localizam postos de vigia. Os postos de vigia integrados na Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), considerados como referência para proceder ao cruzamento de visadas de incêndios no concelho (Figura 5) são: Posto de vigia de S. Brás de Alportel (83-03) e Posto de vigia de Tavira (81-01). Embora estes postos abranjam visualmente mais de metade do concelho, existe uma zona de espaços florestais que não se encontra abrangida. No sentido de colmatar estas lacunas foi definido um local estratégico de estacionamento (LEE), localizado na zona Norte de Moncarapacho, onde serão posicionados meios, nomeadamente viaturas dos BMO (Figura 6).



Fonte: PMDFCI de Olhão, 2008

Figura 5. Postos de vigia e bacias de visibilidade que abrangem o concelho de Olhão



Fonte: PMDFCI de Olhão, 2008

Figura 6. Postos de vigia, Local Estratégico de Estacionamento e bacias de visibilidade que abrangem o concelho de Olhão

Sistema de Avisos Meteorológicos (situações meteorológicas adversas)

A nível nacional, o IPMA mantém e desenvolve sistemas de monitorização, informação e vigilância meteorológica, sísmológica e da composição da atmosfera, relativas a situações meteorológicas adversas, através do **Sistema de Avisos Meteorológicos**. Este sistema tem por objectivo avisar a ANPC, a DGS e a população em geral da ocorrência de situações meteorológicas de risco, que nas próximas 24 horas possam causar danos ou prejuízos a diferentes níveis, dependendo da sua intensidade.

Os avisos são emitidos à escala distrital para diferentes parâmetros meteorológicos, segundo uma tabela de cores, que reflecte o grau de intensidade do fenómeno. As cores dos avisos meteorológicos devem ser interpretadas conforme as considerações apresentadas na Tabela 7. Tendo em conta as diferentes características dos fenómenos meteorológicos, incidência e efeitos causados, foram estabelecidos critérios de emissão para cada situação, conforme se apresenta na Tabela 8, para o distrito de Faro.

No que se refere ao **índice meteorológico de risco de incêndio**, o IPMA utiliza o sistema canadiano FWI (*Fire Weather Index*). O índice final FWI é distribuído segundo a escala distrital de risco de incêndio por um conjunto de cinco classes de risco: Reduzido, Moderado, Elevado, Muito Elevado e Máximo.

Tabela 7. Cores dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera

COR DO AVISO	CONSIDERAÇÕES CONSOANTE A COR DO AVISO
VERDE	Não se prevê nenhuma situação meteorológica de risco.
AMARELO	Situação de risco para determinadas actividades dependentes da situação meteorológica. Acompanhar a evolução das condições meteorológicas.
LARANJA	Situação meteorológica de risco moderado a elevado. Manter-se ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.
VERMELHO	Situação meteorológica de risco extremo. Manter-se regularmente ao corrente da evolução das condições meteorológicas e seguir as orientações da ANPC.

Fonte: IM (atual IPMA), 2011

Tabela 8. Critérios de emissão dos avisos meteorológicos, utilizados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, para o distrito de Faro

VARIÁVEL CLIMÁTICA	PARÂMETRO	AVISO METEOROLÓGICO			UNIDADES	NOTAS
		AMARELO	LARANJA	VERMELHO		
VENTO	Velocidade média do vento	50 - 70	70 - 90	> 90	km/h	
	Rajada máxima do vento	70 - 90	90 - 130	> 130	km/h	
PRECIPITAÇÃO	Chuva/ Aguaceiros	10 - 20	20 - 40	> 40	mm/1h	Milímetros numa hora
	Chuva/ Aguaceiros	30 - 40	40 - 60	> 60	mm/6 h	Milímetros em 6 horas
TROVOADA	Descargas Eléctricas	Frequentes e dispersas	Frequentes e concentradas	Muito frequentes e excessivamente concentradas		
NEVOEIRO	Visibilidade	*≥ 48h	*≥ 72h	*≥ 96h		*duração
TEMPO QUENTE	Temperatura máxima	33 a 37	38 a 41	> 41	°C	duração ≥ 48 horas
TEMPO FRIO	Temperatura mínima	4 a 1	0 a -1	< -1	°C	duração ≥ 48 horas
AGITAÇÃO MARÍTIMA	Altura Significativa das Ondas	2 a 3	3 a 5	> 5	m	Com ondulação de Sueste na costa Sul do Algarve

Fonte: IM (atual IPMA), 2011

2.3.2 Sistemas de alerta

De acordo com os dados disponibilizados pelos diferentes sistemas de monitorização encontram-se previstos procedimentos de alerta que permitem notificar as autoridades, os agentes de protecção civil, organismos e entidades de apoio da iminência ou ocorrência de acontecimentos susceptíveis de provocar danos em pessoas, bens e no ambiente. O sistema de notificação deverá ser um sistema redundante, ou seja, o alerta deve ser emitido através de diferentes meios de difusão de informação com o intuito de garantir a fiabilidade da comunicação.

A CMO não tem, actualmente, um sistema próprio de monitorização, pelo que o desencadeamento de procedimentos e difusão de alertas baseia-se na informação recolhida pelo SMPC e em informações difundidas pelo CDOS de Faro (estado de alerta especial do SIOPS).

Assim, sempre que o SMPC recolha informação no terreno ou receba um comunicado técnico-operacional do CDOS, que possa justificar a declaração de situação de alerta de âmbito municipal ou a activação do PMEPCO, o SMPC procede à disseminação do alerta junto dos agentes de protecção civil do concelho e, caso considere necessário, junto de organismos e entidades de apoio, implantados no concelho, considerados essenciais à situação de acidente grave ou catástrofe. Embora o sistema de alerta do SIOPS compreenda a notificação por parte do CDOS aos agentes de protecção civil do concelho, entende-se ser boa prática o SMPC contactar igualmente estas entidades, de modo a dar início à necessária coordenação institucional entre estas e a CMO.

Os alertas (notificações) a serem difundidos pelo SMPC aos agentes de protecção civil e a organismos e entidades de apoio do concelho serão efectuados através do serviço de mensagem escrita (SMS) das redes telefónicas móveis. No caso de impossibilidade de utilização da rede telefónica móvel, a notificação será assegurada pela rede telefónica fixa (telefone e fax), rede rádio e pela internet (correio electrónico), se disponíveis. Em caso de incapacidade de comunicação através destes meios, poderá ainda recorrer-se ao envio de ofício com recurso a serviço de estafeta. A informação periódica que vier a ser disponibilizada pelo SMPC ou pelo sistema de monitorização será difundida a todas as entidades intervenientes pelos meios atrás descritos.

A cadeia de notificações (alertas) tem por base a composição reduzida da CMPC, sendo as primeiras entidades a serem alertadas as previstas na composição reduzida (sempre que possível de forma simultânea) da CMPC e, posteriormente, as restantes entidades que integram a CMPC.

A hierarquia da cadeia de notificações é a seguinte:

1. **Corpo de Bombeiros Municipais de Olhão;**
2. PSP;
3. GNR;
4. Autoridade Marítima Local;
5. Autoridade de Saúde do concelho;
6. ACES Central - Centro de Saúde de Olhão;
7. Hospital de Faro;
8. Instituto de Segurança Social, Centro Distrital de Faro – representação local.

Importa distinguir entre sistemas de alerta (notificação aos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio) dos níveis de alerta previstos no SIOPS (ver Ponto 1.2.4), os quais têm por base uma avaliação da informação disponibilizada pelos diferentes sistemas de monitorização e consequente determinação de graus de prontidão e de mobilização de meios. No entanto, uma vez que este sistema compreende necessariamente a notificação de várias entidades que actuam no concelho (agentes de protecção civil e CMO), constitui uma importante componente do sistema de alerta previsto no PMEPCO.

2.3.3 Sistemas de aviso

No concelho de Olhão os procedimentos relativos ao **aviso à população** são assegurados de acordo com o descrito no Ponto 4 da Parte III (Gestão de Informação) do presente Plano. De salientar que, de uma forma genérica, os avisos contemplam a seguinte **informação à população do concelho**:

- Zonas potencialmente afectadas;
- Itinerários de evacuação;
- Zonas de concentração local e abrigos temporários para onde se devem dirigir e o que devem levar consigo;
- Outras medidas de protecção da sua segurança pessoal e dos seus bens (medidas de autoprotecção).

No Ponto 4 da Secção III - Parte IV encontra-se organizado o tipo de informação a fazer chegar à população, consoante o tipo de evento associado à situação de acidente grave ou catástrofe.

No que respeita aos sistemas de aviso, existem diversos **meios** para o efeito no concelho, nomeadamente:

- Sinos das igrejas com “toque a rebate”⁵;
- Comunicados escritos à população, afixando-os nos locais já utilizados pela CMO (ex: editais);
- Uso de megafones, o qual deverá ser feito através da utilização de viaturas (agentes de protecção civil - AML, GNR e PSP nas suas áreas de jurisdição - e SMPC) para auxiliar a cobertura de maiores áreas num menor espaço de tempo;
- Órgãos de comunicação social (identificados no Ponto 7.1 da Parte I), nomeadamente, estações de rádio locais e regionais, ou mesmo a televisão, para uma rápida difusão do aviso uma vez que se trata de meios de comunicação abrangentes;
- Sítio da internet da CMO (www.cm-olhao.pt);

A **decisão do sistema de aviso** a adoptar em caso de situação de acidente grave ou catástrofe será baseada:

- Na extensão da zona afectada;
- No tipo, dimensão e dispersão geográfica da população a avisar (pequenas povoações rurais, grandes aglomerados urbanos, quintas dispersas);
- Nos períodos do dia e da semana, ou seja, se ocorre durante o dia útil de trabalho, à noite ou durante os fins-de-semana, devido à variação da localização da população;
- Na proximidade geográfica dos agentes de protecção civil e nos meios e recursos disponíveis.

Dado que o aviso à população é uma acção crucial para minorar o número de vítimas, e que é difícil que qualquer dos meios seleccionados abranja toda a população potencialmente afectada, deverá ser prevista a redundância de meios de aviso.

⁵ Toque de aviso de perigo iminente.

A divulgação dos **avisos meteorológicos** à população em geral é realizada pelo IPMA, quer através da sua própria página de internet (www.meteo.pt/pt/), quer através da página de avisos meteorológicos para a Europa, o Meteolarm⁶ (www.meteoalarm.eu/), concebidas e implementadas para avisar os cidadãos e autoridades para situações meteorológicas adversas.

Perante a emissão de avisos meteorológicos deverão ser consultadas as recomendações e medidas de auto-protecção, difundidas pela ANPC e, no caso de situação extrema de frio ou de calor, também pela Direcção-Geral da Saúde.

As **previsões de cheias** incidem sobre áreas inundadas com a ligação entre modelos hidráulicos e Sistemas de Informação Geográfica e são também disseminados para o público geral através do sítio da internet do SNIRH (<http://snirh.pt>), em tempo diferido. A informação é livre e disponibilizada para o cidadão e para a protecção civil, através de tecnologia informática. Dessa informação constam dados udométricos, hidrométricos, albufeiras e qualidade da água.

⁶ A iniciativa é da Eumetnet, a rede pública de serviços meteorológicos europeus e da Organização Meteorológica Mundial, sendo que Portugal é um dos países que integram o "Meteoalarm", através do IPMA.